

EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES EDUCACIONAIS BRASILEIROS

EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND SPECIAL EDUCATION: AN ANALYSIS OF
BRAZILIAN EDUCATIONAL INDICATORS

José Geraldo Silveira Bueno

Doutor em Educação: História e Filosofia da Educação pela PUC/SP.

Docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação:

História, Política, Sociedade da PUC/SP.

Silvia Márcia Ferreira Meletti

Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP.

Docente do Programa do Mestrado *Stricto Sensu*

em Educação da UEL.

Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

São Paulo – SP – Brasil

Programa do Mestrado *Stricto Sensu* em Educação da UEL

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Londrina – PR - Brasil

Endereços

Rua Dr. Fadlo Haidar, 165 - ap. 53

Vila Olímpia - São Paulo – SP

CEP: 04545-050

Rua Maria Munaretto Mathias, 203

Jd. Vale das Araucárias - Londrina – PR

CEP: 86047-690

E-mails

jotage@pucsp.br

spmeletti@uol.com.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as políticas atuais de escolarização envolvendo a relação educação infantil/educação especial, com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica, divulgados pelo INEP, no período entre 2007 e 2010, em relação à distribuição das matrículas entre creche e pré-escola, tipo de escolarização e de deficiência. Os achados principais foram: baixa incidência das matrículas de alunos com deficiência, incidência ainda significativa de matrícula nos sistemas segregados e maior concentração das matrículas nas pré-escolas, levando-nos a concluir que esses problemas afetam não somente a qualidade de ensino da educação infantil, mas todo o processo de escolarização dessa população.

PALAVRAS-CHAVE: Política educacional. Educação infantil. Educação especial. Alunos com deficiência.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the current policies concerning the relationship between early childhood education and special education, based on data from the School Census of Basic Education, published by the INEP/MEC between 2007 and 2010, which gives the distribution of enrollments between kindergarten and pre-school, type of schooling, and type of disability. The most significant findings were the low rate of enrollment of students with disabilities, the significant incidence of enrollment in segregated systems, and the higher concentration of enrollment in pre-schools compared with kindergarten, which led us to conclude that these problems affect not only the quality of teaching in kindergarten and pre-schools, but the whole process of education of this population.

KEY WORDS: Educational policy. Special education. Students with disabilities. Preschool. Kindergarten.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar as políticas atuais que envolvem a relação educação infantil e educação especial, por meio de dados estatísticos divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação. Para tanto, levantamos e analisamos os dados de matrículas nessa etapa de ensino no período de 2007 a 2010.

O ano inicial foi delimitado por ter sido aquele imediatamente anterior ao estabelecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasil (BRASIL. MEC. SEESP, 2008), implementada pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação em 2008. O ano final do levantamento foi 2010, porque são os mais atuais do Censo Escolar da Educação Básica (BRASIL. MEC. INEP, 2010).

Nosso intuito foi o de verificar até que ponto essa política tem influenciado os caminhos percorridos pela educação infantil em relação ao alunado da educação especial, já que, em trabalho anterior (BUENO & MELETTI, no prelo), pudemos constatar que houve um aumento de 58% nas matrículas de educação especial na educação básica, no período entre 2000 e 2009 (de 382 mil matrículas para 604 mil).

Como a educação infantil tem sido considerada como um momento fundamental para os processos de aprendizagem e de socialização da criança, assim como uma série de estudos indica que esta é a fase ideal para que alunos com deficiência sejam incorporados à escola no sentido do favorecimento de seu desenvolvimento e de sua aprendizagem, justifica-se a análise dos indicadores educacionais relativos à evolução de matrículas nessa etapa de ensino e nesse período.

EDUCAÇÃO INFANTIL E ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A importância da educação infantil tem sido bastante enfatizada nas últimas décadas. Tanto é assim que o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) afirmava que:

A educação das crianças de zero a seis anos em estabelecimentos específicos de educação infantil vem crescendo no mundo inteiro e de forma bastante acelerada, seja em decorrência da necessidade da família de contar com uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação dos seus filhos pequenos, principalmente quando os pais trabalham fora de casa, seja pelos argumentos advindos das ciências que investigaram o processo de desenvolvimento da criança. Se a inteligência se forma a partir do nascimento e se há "janelas de oportunidade" na infância quando um determinado estímulo ou experiência exerce maior influência sobre a inteligência do que em qualquer outra época da vida, descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano. Ao contrário, atendê-la com profissionais especializados capazes de fazer a mediação entre o que a criança já conhece e o que pode conhecer significa investir no desenvolvimento humano de forma inusitada.

Esta perspectiva não foi, no entanto, inaugurada com as políticas deste século, pois ainda na "década de 1970, nos grandes centros urbanos intensificou-se a reivindicação popular por creches

através das lutas promovidas pelos novos movimentos sociais” [que] “resultaram no aumento do número de creches organizadas e mantidas pelo poder público.” (MELLO, 2010, p. 3)

Em publicação hoje clássica sobre a educação infantil, Kramer (1987, p. 47) enfatizava a importância da educação infantil, alertando que se deveria “partir daquilo que a criança conhece e domina, não dos conteúdos que lhe faltam; partir do que ela é, e não do que ela não é”.

Foi, porém, com o Plano Nacional de Educação que se fixou a meta, ao final dos dez anos de sua vigência, de ampliação da oferta de educação infantil para “50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos.” (BRASIL, 2001).

Embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não tenha divulgado dados mais específicos do Censo 2010, pelas informações disponíveis pode-se estimar a população de 0 a 5 anos em aproximadamente 16 milhões. Se em 2009 a população desta faixa etária atendida pela educação infantil era de cerca de 6,8 milhões, verifica-se que apenas 42,5% tiveram acesso a essa etapa de ensino, muito abaixo da previsão.

De qualquer forma, avançamos de um total de pouco mais de 900 mil matrículas em 2000, nessa etapa de ensino, para 6,8 milhões, ou seja, mais de sete vezes numa década.

Mesmo assim, Corsino & Nunes (2010, p. 1) reclamam de uma política de educação infantil que ofereça “atendimento educacional de qualidade, com professores habilitados, escolas com condições físicas adequadas à faixa etária, currículos formulados a partir de uma concepção de criança que a perceba na sua integralidade e não apenas como aluno”, ou seja, parece que não conseguimos atingir nem as metas quantitativas, nem as qualitativas.

Por outro lado, a importância ainda maior da educação infantil para alunos com deficiência tem sido reiterada pela quase unanimidade dos especialistas.

Mazzotta (1982, p. 29), ainda na década de 1980, reiterava a “importância da educação pré-escolar para toda e qualquer criança” e acrescentava:

Assim, cabe-me apenas salientar que a criança com necessidades educacionais, em razão de deficiências orgânicas ou ambientais, deve ter o máximo de oportunidades para usufruir dos serviços comuns de educação pré-escolar, ainda que para isto ela possa necessitar de alguns auxílios especiais.

Na década de 1990, os estudos desenvolvidos por Santos (1991) e por Kortmann (1997) reafirmavam a importância de se iniciar os processos de reabilitação e de educação de crianças com deficiência na primeira infância, com ênfase na formação de profissionais da educação e da saúde e na orientação de familiares. Além disso, ressaltavam a necessidade da inserção de crianças com deficiência na educação infantil como fortalecimento de sua condição de desenvolvimento.

Esse discurso vem se mantendo ao longo das décadas, como comprova a afirmação de Bruno (2008), de que a “educação infantil torna-se espaço privilegiado para lidar com a diversidade, diferenças culturais, sociais, bem como para combater a situação de desigualdade e exclusão em que viviam as crianças com deficiência”.

Da mesma forma, Martins (2009, p. 64), referindo-se especificamente às crianças com síndrome de Down, assevera que “uma experiência positiva de inclusão desde a fase pré-escolar é importantíssima na sua formação e integração social”.

Assim, parece não haver dúvidas de que uma das formas de se garantir uma inclusão de qualidade de alunos com deficiência no ensino regular é a de que ela ocorra o mais precocemente possível, ou seja, na educação infantil.

Nesse sentido, vale a pena verificar como se deu a evolução das matrículas de alunos com deficiência em escolas de educação infantil no período que vai desde um ano antes da implantação da política atual (BRASIL MEC. SEESP, 2008), até o ano de 2010, último em que os dados do INEP estão disponíveis.

OS INDICADORES DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tal como afirmamos acima, a fonte dos dados colhidos para este trabalho foram as informações divulgadas pelo INEP, por meio dos Censos Escolares de 2007 a 2010 (BRASIL. MEC. INEP, 2007, 2008, 2009, 2010).

Os procedimentos para coleta e organização dos dados seguiram duas sistemáticas:

a) com relação aos dados gerais apresentados nas quatro primeiras tabelas, trabalhamos com a população total da educação especial, envolvendo: alunos com deficiência, alunos com transtornos globais de desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação; e

b) no que se refere à distribuição das matrículas pelos diferentes tipos de alunos que integram a educação especial no Brasil, restringimos a nossa coleta às chamadas “deficiências clássicas” por quatro razões fundamentais: 1) as classificações de outras categorias (como os transtornos globais de desenvolvimento) sofreram modificações constantes, o que impediu a sua classificação e a sua organização ao longo do período; 2) a deficiência múltipla engloba um conjunto muito diferenciado de problemas não detalhados nem identificados pelo Censo; 3) a categoria “altas habilidades/dotação” deve, a nosso ver, ser analisada de forma distinta, já que é a única em que os sujeitos apresentam desempenho específico superior aos chamados normais; 4) temos dirigido nossos focos de análise para essas deficiências por considerar que aqui se expressam, de forma mais precisa, as contradições e as ambiguidades das políticas educacionais em ação.

Os dados referentes às matrículas em geral na educação infantil dos alunos da educação especial e destes na educação infantil estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição das matrículas gerais na educação infantil, das matrículas gerais da educação especial e das matrículas da educação especial na educação infantil (2007/2010)

Ano	Matrículas gerais na educação infantil	Índice	Matrículas gerais na educação especial	Índice	Matrículas da educação especial na educação infantil	Índice	% (*)
2007	6 583 906	100	654 606	100	78 959	100	1,2
2008	6 785 000	103	657 272	101	93 342	118	1,4
2009	6 783 227	103	604 884	92	74 528	94	1,0
2010	6 756 698	102	702 603	107	69 441	88	1,0

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados (2007 a 2010)

(*) Percentual das matrículas da educação especial na educação infantil em relação às matrículas gerais nessa mesma etapa de ensino

Verifica-se, em primeiro lugar, que o acesso à educação infantil por alunos da educação especial é ínfimo (cerca de 1% do total de matrículas), com queda percentual em relação às matrículas gerais na educação infantil.

Pode-se constatar, também, que a evolução das matrículas de alunos da educação especial não acompanha a tendência das matrículas gerais, qual seja, uma elevação significativa em 2008, que permanece relativamente constante nos dois anos seguintes. Já nas matrículas da educação especial em geral, ocorre uma estagnação nos dois primeiros anos, queda significativa em 2009, e recuperação em 2010, acima inclusive das do ano base. A curva tendencial das matrículas de educação especial na educação infantil, após crescimento percentualmente significativo em 2008, apresenta queda acentuada nos dois anos seguintes, ambos com índices mais baixos do que as do ano base. Ou seja, o crescimento tanto das matrículas gerais da pré-escola quanto das matrículas gerais da educação especial não se deveu à ampliação das matrículas da educação especial na educação infantil: as primeiras cresceram pela absorção de alunos não incluídos na educação especial e as segundas pelo incremento de matrículas da educação especial no ensino fundamental, médio e EJA.

Este fato expressa as contradições das políticas em ação: o ideal é que a inclusão de alunos com deficiência seja efetivada o mais precocemente possível, mas as matrículas nesta etapa não acompanham, sequer, a estagnação observada nas matrículas gerais nessa etapa do ensino básico, nem o crescimento da própria área da educação especial.

Esta diminuição, no entanto, poderia ter sido ocasionada pelo prolongamento do ensino fundamental para nove anos, ou seja, os alunos com seis anos que, antes da implementação

dessa política, deveriam cursar o último ano da pré-escola, por força desse prolongamento, teriam ingressado no 1º ano do ensino fundamental, o que pode ser mais bem verificado por meio dos dados da Tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição das matrículas de alunos com deficiência em creche e pré-escola (2007/2010)

Ano	Creche	Índice	%	Pré-escola	Índice	%	Total
2007	20 878	100	26,5	58 081	100	73,5	78 959
2008	23 437	112	25,1	69 905	120	74,9	93 342
2009	19 079	91	25,6	55 449	96	74,4	74 528
2010	17 413	83	25,1	52 028	90	74,9	69 441

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados (2007 a 2010)

Verifica-se, em primeiro lugar, uma alta concentração das matrículas na pré-escola, atingindo praticamente $\frac{3}{4}$ do total e pequena incidência nas creches (em torno de 25%), o que demonstra que a grande maioria desse alunado só consegue inserção escolar após completar quatro anos de idade, perdendo, assim, excelente oportunidade para seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

As tendências de matrículas nas creches e pré-escolas, no período, têm formato semelhante, de incremento em 2008 em relação ao ano base, mas de decréscimo nos dois anos seguintes, com números inferiores ao ano base.

Esses dados não são suficientes para discutirmos os motivos de tal redução, mas, mesmo assim, é possível destacar que, a despeito da ênfase dada pela literatura especializada da área sobre a importância de se atender às pessoas com deficiência desde a mais tenra idade, o que ocorreu foi a redução do número de alunos com deficiência na educação infantil.

Se a ampliação do ensino fundamental para nove anos pode ter sido um elemento importante para a redução das matrículas na pré-escola, já que os alunos com seis anos foram incorporados por ele, a queda mais acentuada, em 2009, das matrículas em creche não pode ser a ela atribuída.

A distribuição das matrículas em creches segundo o tipo de escolarização está descrita na Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição das matrículas de alunos com deficiência na creche por tipo de escolarização (2007/2010)

Ano	Regular			Especial			Total	Índice
	Nº	%	Índice	Nº	Índice	%		
2007	2 694	12,9	100	18 184	100	87,1	20 878	100
2008	5 293	22,6	196	18 144	99	77,4	23 437	112
2009	5 504	28,8	204	13 575	75	71,2	19 079	91
2010	7 487	43,0	278	9 926	55	57,0	17 413	83

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados (2007 a 2010)

Apesar do crescimento verificado no número de matrículas globais na creche, em 2008 em relação ao ano base, a tendência foi de diminuição, com redução de mais de três mil matrículas no final do quadriênio em relação ao ano base.

Verifica-se um aumento significativo das matrículas na creche regular, quase que triplicando em 2010 em relação ao ano base, assim como redução, praticamente pela metade, das matrículas na creche especial.

No entanto não parece ter havido absorção de alunos das creches especiais pelas regulares, já que estas últimas tiveram suas vagas preenchidas, em 2010, em mais de 4.500 em relação ao ano base, enquanto que as vagas nas especiais sofreram redução de mais de oito mil no mesmo período. Vale destacar que, mesmo com tal redução, as matrículas em ambientes segregados ainda superam em 2.439 (24,57%) as da creche regular.

Por fim, o aumento significativo de matrículas em creches regulares – quase o triplo em 2010 em relação ao ano base, em termos proporcionais - atingiu 4.793 crianças, o que pode ser considerado insignificante em relação à população na faixa etária de 0 a 3 anos.

A Tabela 4 apresenta as matrículas de alunos com deficiência na pré-escola por tipo de escolarização.

Tabela 4 - Distribuição das matrículas de alunos com deficiência na pré-escola, por tipo de escolarização (2007/2010)

Ano	Regular			Especial			Total	Índice
	Nº	%	Índice	Nº	%	Índice		
2007	11 541	19,9	100	46 540	80,1	100	58 081	100
2008	22 310	31,9	193	47 595	68,1	102	69 905	120
2009	21 278	38,4	184	34 171	61,6	73	55 449	95
2010	26 557	51,0	230	25 471	49,0	55	52 028	90

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados (2007 a 2010)

Apesar do crescimento expressivo das matrículas de alunos com deficiência na educação pré-escolar em 2008 em relação ao ano anterior, a tendência no quadriênio foi de queda, alcançando 11,0% de redução no seu último ano, em comparação ao primeiro.

Interessante notar que, em 2008, ano em que as matrículas na pré-escola regular praticamente dobraram, não houve redução nas especiais, mas, ao contrário, estas apresentaram leve crescimento, ou seja, o crescimento verificado na primeira não foi fruto da migração de alunos das pré-escolas especiais.

Da mesma forma, em 2009, quando ocorreu expressiva queda das matrículas nas especiais (25% em relação ao ano anterior, totalizando uma redução de mais de treze mil), as matrículas nas pré-escolas regulares também decresceram, é verdade que em proporções muito menores (praticamente mil vagas, ou 9%, se comparadas às de 2008). Esta discrepância mostra que muitos alunos que estavam matriculados em escolas especiais provavelmente deixaram de ser atendidos.

Em 2010, observamos um acréscimo de 12,6% em relação a 2009 e de 130% em relação ao ano base. Já em relação às matrículas na pré-escola especial, observamos em 2010 uma redução de 45,2% em relação ao ano base. No total de matrículas em 2010, verifica-se uma redução de 10% em relação a 2007.

As curvas tendenciais das matrículas no quadriênio apresentam formatos muito distintos. Enquanto que a das pré-escolas especiais é de evidente queda, apesar do pequeno aumento verificado em 2008, a das regulares é assimétrica, com aumentos e quedas que não oferecem segurança para se afirmar que elas indiquem curva ascensional (mesmo com crescimento acima de 130% no último ano em relação ao primeiro), o que só poderá ser verificado num período de tempo mais largo.

Verifica-se, portanto, que na etapa ideal da educação básica para se iniciar a inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino, as matrículas do sistema segregado ainda superavam as do ensino regular, ou seja, perde-se o melhor momento para se efetivar uma inclusão escolar de qualidade.

A partir daqui, analisaremos a matrícula na educação infantil de alunos com deficiência, reiterando que os totais não correspondem aos das tabelas anteriores, porque foram excluídas as dos alunos com transtornos globais de desenvolvimento, deficiência múltipla e com altas habilidades/superdotação.

Tabela 5 - Distribuição das matrículas na educação infantil por tipo de deficiência (2007/2010)

Ano	DV	%	DA	%	DF	%	DI	%	Total	%
2007	5 339	7,9	5 439	8,1	8 131	12,1	48 400	71,9	67 309	100
2008	4 790	7,2	5 355	8,0	9 400	14,0	47 404	70,8	66 949	100
2009	4 349	7,4	4 096	7,1	9 896	16,9	40 088	68,6	58 429	100
2010	5 576	7,6	4 979	6,8	18 109	24,7	44 654	60,9	73 318	100

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados (2007 a 2010)

As matrículas totais de alunos com deficiência não apresentam curva semelhante a do total de alunos da educação especial (Tabela 1): enquanto naquela havia um incremento significativo (18%) no ano de 2008 em relação ao ano base, e queda nos dois últimos, sendo que no último elas foram em número inferior às de 2007, aqui a tendência de redução se estende de 2007 a 2009, com grande incremento em 2010, superando, inclusive, as do ano base.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o decréscimo verificado nas matrículas gerais da educação especial na educação infantil deveu-se à diminuição de alunos com transtornos globais do desenvolvimento, deficiência múltipla e altas habilidades/superdotação e não dos com deficiência.

O segundo aspecto a destacar são os elevados índices de matrículas de alunos com deficiência intelectual, apesar da queda constante verificada no período (de 71,9% do total de matrículas, em 2007, para 60,9%, em 2010). Ou seja, a soma das outras três deficiências atingiu, no último ano do quadriênio, índices inferiores a 40%, o que mostra o quanto os números da deficiência intelectual influenciam nos dados estatísticos da educação especial.

As curvas tendenciais das matrículas de alunos com deficiência visual e deficiência auditiva¹ são bastante semelhantes - de queda -, seguidas por incremento no último ano, sendo que as de alunos com deficiência visual foram, em 2010, superiores às do ano base, enquanto que as dos alunos com deficiência auditiva, não. Com relação à posição dessas duas deficiências em relação aos totais anuais, as variações foram pequenas: as de alunos com deficiência visual entre 7,9 e 7,2% e a de alunos com deficiência auditiva entre 6,9 e 8,1%.

O incremento mais significativo de matrículas na educação infantil deveu-se, conforme pode se verificar, às relacionadas aos alunos com deficiência física, já que, em 2010, apresentaram um incremento de mais de 100% em relação ao ano base, assim como alcançaram, em 2010, um quarto das matrículas totais de alunos com deficiência na educação infantil. Este incremento parece sugerir que esta área, tradicionalmente relegada a segundo plano, começa a ser mais bem atendida em termos de escolarização. Entretanto, como reúne quadros muito distintos (desde sequelas motoras relativamente pequenas até quadros neurológicos graves), valeria a pena debruçar-se sobre ela para verificar que tipos de alunos estão sendo efetivamente incorporados pela educação infantil.

A Tabela 6 apresenta a distribuição das matrículas de alunos com distintos tipos de deficiência entre a creche e a pré-escola.

Tabela 6 - Distribuição das matrículas de alunos com deficiência entre creche e pré-escola, por tipo de deficiência (2007/2010)

Etapa	Tipo	2007		2008		2009		2010	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Creche	DV	1 426	8,5	1 064	6,4	1 063	7,0	1 340	6,9
	DA	745	4,5	898	5,5	629	4,2	876	4,5
	DF	2 376	14,2	2 397	14,5	2 757	18,3	5 066	26,2
	DI	12 192	72,8	12 166	73,6	10 638	70,5	12 043	62,4
	Subtotal	16 739	100	16 525	100	15 087	100	19 325	100
Pré-escola	DV	3 913	7,7	3 726	7,4	3 286	7,6	4 236	7,8
	DA	4 694	9,3	4 457	8,8	3 467	8,0	4 103	7,6
	DF	5 755	11,4	7 003	13,9	7 139	16,5	13 043	24,2
	DI	36 208	71,6	35 238	69,9	29 450	67,9	32 611	60,4
	Subtotal	50 570	100	50 424	100	43 342	100	53 993	100
TOTAL		67 309		66 949		58 429		72 318	

As curvas tendenciais das matrículas na creche e na pré-escola de alunos com distintas deficiências se aproximam muito das da educação infantil em geral (Tabela 5), o que mostra que não há grandes discrepâncias entre essas duas sub-etapas, ou seja, parece que está ocorrendo um fluxo contínuo de alunos com deficiência da creche para a pré-escola.

A única exceção fica por conta das matrículas de alunos com deficiência auditiva: os percentuais anuais das matrículas nas creches em relação às demais deficiências é praticamente a metade dos da pré-escola (entre 4,2 e 5,5% na creche e 7,6 e 9,3% na pré-escola). Em outras palavras, esses dados indicam que muitos alunos com deficiência auditiva só ingressam no sistema escolar na pré-escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados sobre matrículas apresentados e analisados acima poderiam ser consolidados sob muitos aspectos, mas vamos nos cingir a três deles: à baixa incidência das matrículas de alunos com deficiência na educação infantil, à manutenção da hegemonia dos sistemas segregados sobre os inclusivos e à distribuição das matrículas entre creche e pré-escola.

Estes achados permitem que afirmemos, em primeiro lugar, a pouca relevância que as políticas educacionais voltadas para alunos com deficiência têm dado à educação infantil, expressa pelo número reduzido de matrículas em relação às estimativas de incidência.

Isto é, apesar do grande incremento de matrículas de alunos com deficiência no ensino regular nos últimos dois anos, esse número expressa uma perspectiva política que se volta, basicamente, para o ensino fundamental.

Os percentuais de alunos matriculados na educação infantil estão muito aquém das estimativas nacionais e internacionais e, mais que isso, nos quatro anos pesquisados apresentam tendência de diminuição. As matrículas de alunos com deficiência, com média de 1% das matrículas totais nessa etapa de ensino, mostram o quanto falta para a extensão do direito à educação infantil para essa população.

Se o valor da educação infantil para todas as crianças é plenamente reconhecido e, mais ainda, para aquelas com deficiência, a ênfase de absorção desses alunos centrada no ensino fundamental parece expressar um paradoxo, expresso por um conjunto enorme de pesquisas que têm evidenciado as dificuldades que esse processo tem enfrentado.

Essa situação fica ainda mais complexa, quando se constata que 99% das matrículas em educação infantil se concentram nas redes municipais (73%) e privada (26%) de ensino (BRASIL. MEC. INEP, 2009), redes essas muito díspares e distintas, que vão desde sistemas municipais ou instituições particulares com estrutura bastante adequada até redes e instituições precaríssimas, com propostas educacionais que expressam princípios muito diferentes.

Nesse sentido, uma das formas possíveis de incremento é o estabelecimento de políticas federais que induzam a ampliação de matrículas de alunos com deficiência nas creches e pré-escolas, tal como se fez com as políticas de indução da inclusão desses alunos no ensino fundamental, especialmente a partir de 2008.

Este nos parece ser um aspecto fundamental para a melhoria da qualidade dos processos de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, pois a concentração dos esforços em alunos do ensino fundamental deixa de lado etapa da vida e processo de escolarização, fundamentais para o aproveitamento escolar desses alunos.

O segundo aspecto a ser considerado diz respeito à disseminação da falsa visão de que a inclusão escolar de alunos com deficiência é atualmente hegemônica, com tendência irreversível para ampliação. Isso porque, na educação infantil, embora com tendência crescente de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, as creches e pré-escolas especiais eram responsáveis, no último ano do quadriênio, por aproximadamente metade dos atendimentos oferecidos.

Esses dados mostram que tanto os políticos quanto os estudiosos da educação especial precisam ser mais prudentes quando afirmam que a inclusão é hoje o processo hegemônico de escolarização de alunos com deficiência, com base somente nos dados globais da educação básica.

O terceiro aspecto diz respeito à distribuição de matrículas de alunos com deficiência entre creche e pré-escola.

A maior concentração das matrículas na pré-escola, com cerca de 75% do total, expressa certa desconsideração em relação ao trabalho a ser realizado com essas crianças desde tenra idade.

A totalidade dos estudos sobre desenvolvimento de crianças com deficiência, especialmente aqueles vinculados à área de saúde, consideram os anos iniciais de vida como fundamentais para a superação de dificuldades específicas geradas pela deficiência. Tanto é assim que, em todas as áreas da deficiência, se recomenda a implementação de estimulação precoce ou essencial voltada para crianças com idade inferior a três anos.

Os baixos índices de matrículas na creche, nesse sentido, implicam não somente a falta de oportunidades educacionais para estas crianças, mas um descompasso entre as políticas de saúde e as de educação.

Pelos argumentos acima, cabe aqui um alerta final: se quisermos, efetivamente, aprimorar os processos inclusivos de educação para alunos com deficiência, com busca crescente da melhoria da qualidade de ensino, não podemos manter esses níveis, tanto de escolarização quanto de inclusão escolar, na educação infantil, sob a pena de mantermos aquilo que tanto temos criticado: a simples absorção desses alunos para melhoria dos índices estatísticos, mas sem a necessária qualidade que contribua para a construção de sua cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei N° 10.172*, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Censo Escolar da Educação Básica – 2007*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>>. Acesso em: 21/12/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Censo Escolar da Educação Básica – 2008*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>>. Acesso em: 21/12/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Censo Escolar da Educação Básica – 2009*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>>. Acesso em: 21/12/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Censo Escolar da Educação Básica – 2010*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>>. Acesso em: 21/12/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, MEC. SEESP, 2008.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. A construção da escola inclusiva: uma análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da educação infantil. *Ambiente Educação*, v. 1, n. 2, p. 57, 2008.

BUENO, José Geraldo Silveira Bueno; MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. Os indicadores educacionais como meio de avaliação das políticas de educação especial no Brasil – 2000/2009. In: BUENO, José Geraldo Silveira. *Educação especial brasileira: 20 anos depois*. São Paulo, EDUC, no prelo.

CORSINO, Patrícia; NUNES, Maria Fernanda Rezende. Políticas públicas universalistas e residualistas: os desafios da educação infantil. *Anais da 33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd*. Caxambu, ANPEd, 2010.

KORTMANN, Gilca Maria Lucena. *Estimulação precoce e a síndrome de Down: desenvolvimento da criança e relações familiares*. Porto Alegre, UNISINOS, Dissertação de Mestrado, 1997.

KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. *A inclusão escolar do aluno com Síndrome de Down: o que pensam os educadores*. Natal: EDUFRN, 2009.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. *Fundamentos de educação especial*. São Paulo: Pioneira, 1982.

MELLO, Débora Teixeira de. *Educação e cuidado em creches pós - LDB 9394/96: o projeto fundo do milênio para a primeira infância e a mesa educadora como proposta pedagógica*. Disponível em: <em <http://guaiba.ulbra.tche.br/pesquisas/2007/artigos/pedagogia/260.pdf>>. Acesso em: 17/12/2010.

SANTOS. Maria da Glória Schaper dos. *Lúdico, isto é sério: uma constatação sobre as experiências lúdicas das crianças*. Rio de Janeiro, UERJ, Dissertação de Mestrado, 1991.

NOTAS

¹ Na categoria *deficiência visual* foram incluídas as matrículas de alunos com cegueira e com visão subnormal e na *deficiência auditiva*, as dos alunos surdos e com deficiência auditiva.